

A preservação da infância na prática textual de Graciliano Ramos

*A Antonio Candido,
meu Mestre.*

Em *Infância**, a exigência temática de exame lúcido dos choques impingidos por um processo de culturalização, eminentemente patriarcal, à criança que foi Graciliano Ramos cria tanto uma prática textual quanto uma reflexão metodológica interna. A meu ver, toda a questão da aprendizagem gradual do mundo é, explicitamente neste livro, uma questão de aquisição de linguagem; e a linguagem, que é consciência prática da realidade, torna-se, aqui, a prática de uma consciência crítica. Isso porque o jogo narrativo empreendido entre a iniciante experiência lingüística da criança e a experiente escrita do narrador adulto, que, aliás, se assume claramente como escritor, obtém os seus efeitos.

Se a conquista da linguagem compreende simultaneamente a aquisição da cultura e da ideologia que lhe subjazem, o narrador, atento a tais integrações, procura problematizá-las no próprio cerne da consciência nascente da criança. Assim, a iminente possibilidade de contaminação ideológica por parte do menino, proveniente da crescente aprendizagem vocabular e do gradativo poder de nomeação, é desmanhada, no ato mesmo de se constituir, por uma prática textual que põe em causa o modo de formação dos significados e a ordenação destes no processo de designação, não só para, verossimilhantermente, caracterizar a apreensão infantil, mas para, à imitação desta, produzir uma linguagem capaz de sacudir o código com que antes as palavras cunhavam a realidade que se quer combater.

Infância segue, pois, em 39 capítulos, os diferentes estágios de conhecimento que o menino que o narrador foi, dos 2 aos 11 anos de idade, alcança sobre o mundo que o rodeia. Este estado de trânsito, de movimento de um para outro grau de aprendizado, transparece ao mesmo tempo na passagem por diferentes experiências que vasculham o Nordeste Brasileiro, situado em Pernambuco e Alagoas e, exemplarmente, em regiões diversas de sertão e de zona canavieira, de fazenda e de cidade. Trata-se de uma travessia não só de tempo e de lugar, mas sobretudo entre coisas e palavras que testam o código cultural, os conceitos éticos, os preconceitos, as místicas, as coerções e sanções sociais, enfim, os monumentos da ordem estabelecida.

Este aspecto viajheiro do aprendizado, escorado sobre um desenho narrativo a permitir que os capítulos se comportem como células dramáticas independentes, ligadas umas às outras pela constância autobiográfica da personagem principal, dá à *Infância* o feitio *estrutural* da novela picaresca. Desta, o livro retém o humor e o movimento de andanças por terras e classes sociais, ou seja, o dinamismo de viagem panorâmica pela sociedade em questão, com o fito de exercer o seu pendor crítico. Todavia, ao personagem destas memó-

MARIA LÚCIA DAL FARRA é professora da Universidade Federal de Sergipe.

*Uso a 17ª edição da Editora Record (Rio de Janeiro, 1981, postácio de Octávio de Faria e ilustrações de Darcy Penteadó).

rias é conferida, ao contrário do que ocorre com o pícaro, uma marca patética. É o *pathos*, na sua acepção staigereana de perturbação que implica resistência ao *status quo*, o que predomina, ao nível das ações, no nosso herói-criança; essa perturbação, exercida enquanto incompetência lingüística, e que, aos olhos vigentes, não passa de uma deficiência, se impõe na narrativa, entretanto, como um privilégio, visto que, graças a ela, se preserva organicamente a apreensão infantil que, por ser aprendiz do código, é, em contrapartida, a sua mais viva contestadora. Eis como estas memórias explicam, pelas topadas do menino com a linguagem, o mestre desaprendiz que dela se tornou o narrador.

Se observarmos os grandes núcleos narrativos de *Infância*, os passos referentes à aquisição da linguagem podem ser ordenados em cinco fases temporais que começam, a primeira, aos 2 ou 3 anos de idade, a segunda, aos 4 ou 5, a terceira, aos 6, a quarta, aos 7, e a quinta e última, aos 9 anos de idade, encerrando-se após os 11 quando, então, se dá a iniciação sexual do menino e, conseqüentemente, a sua despedida da infância. A cada uma destas fases correspondem simultaneamente tanto uma situação vivencial concernente a um conhecimento específico sobre a linguagem quanto uma relativa reflexão metodológica interna, aliás, sempre alegórica. Mas aquilo que, de fato, distingue uma fase da outra é a *predominância* de uma marca lingüística que exemplariza a apreensão infantil diante da precisa lição imposta pela cultura circundante. Se, da perspectiva da ordem constituída, essa marca lingüística infantil encerra erro, impertinência, impropriedade ou equívoco, decorrentes da linguagem incipiente da criança, já de outro ponto de vista, ela explicita, em contrapartida, o *litígio* da criança com a linguagem e a ideologia, em cada um dos períodos temporais.

No centro dessa arena que é *Infância*, o narrador endossa o menino: ele absorve, como conquistas literárias, os pseudo-equívocos da criança assumindo-os na sua prática textual, transformando, assim, em fundamentos estilísticos próprios o que, aos olhos vigentes, não passava de incipiências lingüísticas.

Muito sucinta e simplificadamente, examinarei, agora, cada uma dessas fases temporais. A primeira delas, que assenta uma situação vivencial em que o menino não pode abarcar o mundo senão através de

retalhamentos e fiapos, compreende o aprendizado tanto das palavras concretas quanto da proibição de substituições arbitrárias entre elas. O efeito lingüístico que expressa tal situação é articulado pela *afasia*, e eis um exemplo disso. Se da perspectiva da criança de 2 ou 3 anos, a palavra “pitomba” designa uma fruta de forma esférica, é de se convir que todos os objetos que guardam a mesma forma possam ser denominados por essa mesma palavra. Observo que o processo aqui é o de acomodação de semelhantes em um mesmo nome, ou seja, de uma disfunção de similaridade, que consiste, portanto, numa dificuldade da capacidade de nomeação. Todavia, quando a retificação imposta ao menino de que “laranjas” não são “pitombas” ocorre, ela lhe aparece como um despropósito, como uma das muitas estranhezas que cercam o conhecimento do mundo. Partindo em socorro do menino, no sentido de preservá-lo a primitiva ciência, e corrigindo a prática lingüística vigente, a reflexão metodológica interna procura sublinhar, ao contrário, a faculdade de permuta entre os signos. Assim, por meio da rememoração do conto maternal, onde a palavra “Papa-hóstia” está por “Vigário”, “gato” por “paparato”, “Folgazona” por “amante” e “tributo” por “fogo” (p. 18), o narrador toma o partido do menino e autentica a sua apreensão lingüística como válida, na medida em que a exemplifica com desvios ainda mais arbitrários, colhidos na manifestação cultural à margem do código atuante. E esta não deixa de ser, por sua vez, uma legitimação da sua prática textual, que trabalha assiduamente tal tipo de substituição, alterando, assim, o modo de formação dos significados, para evitar, precisamente, a nomeação e, com ela, a inerente marca ideológica que carrega.

É a inculcação das maneiras coercitivas da ordem, ou seja, dos preconceitos, da mística religiosa, moral e jurídica, o que caracteriza a segunda fase, que gira, convenientemente, em torno do conhecimento da palavra abstrata, e é bom lembrar, para tanto, a oscilante noção de “justiça” que rege o caso do “cinturão”. Metaforizam a arbitrariedade de tais conceitos, as deturpações prosódicas que, tal como eles, são verdadeiros enigmas. Assim, a reflexão metodológica interna assevera que “minha mãe lia devagar, numa toada inexpressiva, fazendo pausas absurdas, engolindo vírgulas e pontos, abolindo esdrúxulas, alongan-

do ou encurtando palavras. Não compreendia bem o sentido delas. E, com tal prosódia e tal pontuação, os textos mais simples se obscureciam” (p. 69). O efeito lingüístico que patenteia a apreensão deste menino de 4 ou 5 anos é ainda o da *afasia*, mas já agora *flexionada*, e com tendência a tomar do abstrato para torná-lo concreto, bem como do concreto para imprimir-lhe ainda mais consistência palpável, sinal que, exercitado como prática textual do narrador, veste de estranheza o fato mais familiar, retirando-o da mesmice ideológica. Para a criança recém-chegada à vila, o “sobradinho” é, então, uma “casa trepada”, onde as pessoas ficam no “poleiro”. E era, portanto, admirável para ele “a casa suspensa, como um garoto erguido em pernas de pau”. E para acionar ainda mais o choque cultural entre sertão e vila, o narrador declara que, no menino, sensações “violentas obliteravam xiquexiques e mandacarus: essas plantas não se acomodariam junto à grande arapuca levantada em pernas de pau” (pp. 46-7).

Se a segunda fase demonstra a inviabilidade de aceitação da ética na arbitrariedade em que está se apresenta, já a terceira questiona a palavra abstrata e desmistifica os conceitos por meio da impregnação concreta que lhes injeta. Tal estágio, que perfaz o início da alfabetização da criança de 6 anos, é alegorizado na ultrapassagem da dificuldade de discernimento das consoantes dentais que, afinal, só são por ele compreendidas quando crismadas como seres reais: “o T era um boi, o D uma peruinha” (p. 107). E a desmistificação se dá inteira na interpretação daquilo que a criança chama de resumos da ciência do pai ou de “conceitos sisudos”. Entre sentenças morais do tipo “A preguiça é a chave da pobreza” e “Quem não ouve conselhos raras vezes acerta”, o menino topa, na sua cartilha, com a mesóclise de “Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”. A distância entre a capacidade lingüística infantil e o empoado abstrato do estilo moral transparece na constatação sempre humorística de que esse “Terteão para mim era um homem: e não pude entender que fazia ele na página final da carta” (p. 109). O efeito lingüístico que cunha tal hesitação entre abstrato e concreto é o da *contaminação de um registro no outro*, e o exemplo que forneço baseia-se na relação entre as simbólicas figuras amedrontadoras da estampa das chitas da loja do pai e a visita de José da Luz, autoridade policial com que, ao lado do padre, do



ILUSTRAÇÃO DE
DARCY PENTEADO
PARA INFÂNCIA

lobisomem - os três poderes da mística - pretendem coagir o menino. Assim, o “vermelho e o azul da firma notável, expostos na chita, exibiam-se no vestuário de José da Luz - e isto me isolava. Ainda que eu ignorasse a enorme importância do cafuso, não me seria possível tomar intimidades com as cores das litografias” (p. 101).

O conhecimento da variabilidade semântica está associado, já no menino de 7 anos, à descoberta da contingência humana, à experiência da relatividade dos fatos e à sua saída do maniqueísmo, de que os casos com Chico Brabo e com o professor pachola são os principais flagrantes. A reflexão metodológica interna que comenta tal aprendizado vem transcrita na lembrança de uma cantiga que divertia sua mãe:

“A letra A quer dizer - amada minha;
A letra B quer dizer - bela adorada;
A letra C quer dizer - casta mulher;
A letra D quer dizer - donzela amada;
A letra E quer dizer - és uma imagem;
A letra F quer dizer - formosa deusa”
(p. 143).

O que está implícito aí é o grau de probabilidade de diferentes letras designarem

um mesmo objeto (a mulher), como também o fato de o mesmo objeto poder ser nomeado por variáveis palavras. E a marca lingüística que, por sua vez, expressa esta quarta fase é a da *impertinência de flexão e de numeração*, indicando, desta maneira, que é possível textualizar uma nova montagem semântica e, em consequência, uma outra articulação da realidade. Assim, acerca do Barão de Macaúbas, barbudo autor da seleta com que pretendem alfabetizá-lo na ordem ortodoxa da vida, livro repleto de preceito e moral, onde atuam bichos faladores, o menino conclui que era ridículo “um indivíduo hirsuto e grave, doutor e barão, pipilar conselhos, zumbir admoestações”. E o narrador, debruçando-se sobre os “infelizes miolos” da criança que, nesta altura, “ferviam, evaporavam-se, transformavam-se em nevoeiro”, acrescenta que “nessa neblina flutuavam moscas, aranhas e passarinhos, nomes difíceis, vastas barbas pedagógicas” (p. 128).

A quinta e última fase encerra o percurso de aquisição da linguagem com a descoberta e prática da ficção, e compreende, em termos vivenciais, o processo de individuação. A alegoria que o esclarece roda em torno da pronúncia polêmica de um nome estrangeiro, o de “Samuel Smiles”, que passa, primeiro, de tosse amarfanhando a palavra incógnita, para “Similes”, para “Simíles” e, finalmente, para “Smailes”. Assim, os motejos lançados sobre o menino de 9 anos que, contra toda a opinião corrente, insiste em pronunciar “Smailes”, não fazem mais os efeitos perniciosos que sempre o acabrunharam, resultantes da assídua vigilância da censura cultural. Ao contrário de antes, não é o constrangimento o que ele sente por discordar dos outros, mas orgulho; pela primeira vez, ele reage sem insegurança diante do parecer alheio, cômico da sabedoria adquirida a duras penas e, sobretudo, feliz por esta destoar da dos outros. Implicando aí um dos lances a favor da sua individuação, o narrador agradece a Samuel Smiles que, embora sendo um “escritor cacete”, acabou por lhe prestar “um serviço imenso” (p. 209).

O fenômeno lingüístico que articula este período vem patenteado por um tipo de escolha metonímica que cria um certo *expressionismo*. O exemplo que indico é o da apreensão cinematográfica de Ventaromba descendo a ladeira e “desconchavando-se como um judas de sábado de Aleluia. Se não o agarrassem,

cairia. O aió balançava; na cabeça desgovernada os vestígios de chapéu iam adiante e vinham atrás; as alpercatas escorregavam na grama” (p. 234). O movimento de retalhamento moral impingido ao homem pela potência autoritária e injusta é fruto da fragmentação metonímica que elege focos visuais onde o leitor deposita a atenção, criando, pela elipse da pessoa, a sua presença escurraçada.

Para além, portanto, de processos metalingüísticos, visões de ampliação ou de miniaturização, próprias da apreensão infantil, para além de processos estilísticos típicos de Graciliano Ramos, tais como a caracterização do inanimado através do humanizado e vice-versa, do humano através do animal e etc., todos também presentes em *Infância* - a especificidade dos diferentes graus de transgressão da criança na sua aquisição lingüística é aqui caracterizada pela afasia, pela afasia flexionada, pela contaminação, pela impertinência, pelo expressionismo, práticas textuais baseadas na metonímia, que trabalha, aliás, a favor de uma assepsia no ato de nomeação e, por decorrência, a favor de uma desinfecção ideológica. Esta é a figura que fundamenta os modos de abordagem que a criança que o narrador foi utiliza diante da realidade circundante.

Trata-se, verossimilhantermente, de uma maneira básica da apreensão infantil, pré-nominativa do mundo que, entretanto, no processo de culturalização, é sempre substituída pela designação exata e, consequentemente, pelo cunho ideológico que a cerceia. Mas não é o que ocorre em *Infância*: a apreensão infantil preserva, através dos traços lingüísticos apontados, o seu caráter pré-nominativo, caráter que, aliás, distingue a obra de Graciliano Ramos, e que, em 1943, ano da publicação destas memórias, já o consagrara como o escritor de *Caetés, São Bernardo, Angústia e Vidas Secas*. É significativo que Graciliano tivesse usado tais traços para caracterizar os diferentes graus da sua própria situação de aprendiz da linguagem, conservando os erros patéticos do menino como acertos ficcionais do escritor. Tal fato nos leva agora, de um outro ponto de vista, a adensar a crítica que, por tantas vezes, afirmara, ao nível temático, que em Graciliano o menino é tudo. De fato, em Graciliano Ramos a aquisição da fala foi tudo, pois que a linguagem lhe nasce como a prática consciente - e crítica - da sua realidade.